

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ARQUEOLOGIA PÚBLICA: MEMÓRIA E COMUNICAÇÃO

Miguel Lago / ERA-Arqueologia, S.A. / miguellago@era-arqueologia.pt

Alexandre Sarrazola / ERA-Arqueologia, S.A. / alexandresarrazola@era-arqueologia.pt

RESUMO

A Arqueologia está hoje inserida num mundo complexo, participando de decisões sobre o futuro dos territórios e do Património que nos chega do passado. Neste âmbito, a comunicação do trabalho dos arqueólogos deve ser aberta e fluida, assente em rigor, simplicidade e criatividade. Sem esquecer que interferem num palco de interesses e decisões, os arqueólogos devem afirmar uma Arqueologia Pública, verdadeiramente de todos. Este é, hoje, o grande desafio da Arqueologia portuguesa. A partir do projecto da ERA propõe-se uma reflexão sobre novos caminhos de afirmação social da disciplina.

ABSTRACT

Archaeology is now embedded in a complex world, participating in decisions about the future of the territories and the heritage that comes to us from the past. In this context, the communication of the work of archaeologists should be open and fluid, based on rigor, simplicity and creativity. Without forgetting that they interfere with a network of interests and decisions, archaeologists must assert a truly Public Archaeology, for everyone. This is the big challenge for Portuguese archeology, today. Using the ERA project as a starting point, we propose a reflection on the new paths for the social affirmation of the discipline.

“Knowledge may have its purposes,/ but guessing is always/ more fun than knowing.”

W. H. Auden, “Archaeology”

“Writers have it much easier than archaeologists”

Judith Schallansky, *Pocket Atlas of Remote Islands*

1. FILMOGRAFIA DE UMA ARQUEOLOGIA MUDA

Na sua autobiografia, Luis Buñuel relata um episódio que se pode resumir da seguinte maneira: nos alvores do século XX foi inaugurada em Zaragoza, cidade da sua juventude, uma sala de cinema. Durante as exibições de filmes mudos, era presença regular, junto da tela, um *explicador de filmes*. Os espectadores não estavam familiarizados com a narrativa fílmica pontuada pela montagem das sequências, planos e dinâmicas de campo/contracampo, o que justificava a indispensável presença do explicador. Este episódio remete para a condição de arqueólogo.

Face a uma série de aspectos conceptuais, taxonómicos e a um jargão muitas vezes inextricável – um código que o público em geral não domina, nem disso tem certamente obrigação – compete aos produtores de conhecimento arqueológico desempenhar um papel com semelhanças ao do explicador de filmes de Zaragoza. Expor as narrativas da História a partir de evidências do registo arqueológico vale bem esse esforço e a audiência merece-o, já que, este é um filme de todos.

A Arqueologia está hoje inserida num mundo complexo, participando de decisões sobre o futuro dos territórios e do Património que nos chega do passado. Neste âmbito, a comunicação do trabalho dos arqueólogos deve ser aberta e fluida, assente em rigor, simplicidade e criatividade. Sem esquecer que interferem num palco de interesses e decisões, os arqueólogos devem afirmar uma Arqueologia Pública, verdadeiramente de todos. Este é, hoje, o grande desafio da Arqueologia portuguesa. A partir do projecto da ERA propõe-se, nas linhas que se seguem,

uma reflexão sobre novos caminhos de afirmação social da disciplina.

A História da Arqueologia Portuguesa está eivada de fluxos de maior ou menor divulgação popular (nos museus, autarquias e associações culturais) quase invariavelmente vinculados às características pessoais de quem desempenhava os cargos de liderança e direcção de tais instituições. Algo muito próximo – e intimamente relacionado – com o que Carlos Fabião apontou para o nexos causal entre a qualidade da Arqueologia produzida em Portugal e a personalidade e iniciativa de cada um dos indivíduos que ocupava, em certo tempo, determinado cargo institucional de proeminência, particularmente nos *museus*, *comissões* e *sociedades* (o primado do indivíduo sobre a instituição). Tais variações, com períodos de franco e notável incremento cultural e patrimonial, num contexto em que o amadorismo desempenhava um papel que o actual enquadramento jurídico não autoriza, conduziram, do ponto de vista da comunicação, à imagem e ao conhecimento de uma arqueologia casuística e politicamente pouco enquadrada. Isto é, se durante o Estado Novo, a título de exemplo, a questão *lusitana* da etnogénese (digladiada já pelo menos desde o século XIX entre Martins Sarmento e Alexandre Herculano) foi amplamente instrumentalizada pelo Poder Central (recorde-se a secção de proto-história do Congresso da Exposição do Mundo Português em 1940, tão profícua em *discurso* e parca em *materialidades* – o *Plano Fénix* e a iminência de uma invasão da Península pela Alemanha impunham-no), já o último quartel do século passado se caracterizou por intervenções sazonais, envolvendo as comunidades locais, num enquadramento político de modelos variáveis, um mosaico de facto muito mais dependente de iniciativas *pessoais* do que de programas do Poder Central na Política para a Cultura às suas mais diversas escalas. As escavações de Verão, nomeadamente até meados dos anos noventa constituíram em parte uma verdadeira incubadora de académicos e profissionais de arqueologia a partir de um ambiente que, curiosamente, apresentava profundas marcas de amadorismo: de facto, apenas nos anos noventa se afirmam e multiplicam os arqueólogos profissionais, inicialmente mais ou menos vinculados à administração pública, posteriormente enquadrados em empresas promotoras de grandes obras ou especializadas em prestações de serviços de arqueologia. Quantos de nós tivemos

o primeiro contacto com a arqueologia naqueles campos de férias, autênticos pólos dinamizadores de cultura local e fomentadores da construção da(s) memória(s) colectiva(s)? Porém, essa proximidade às populações parece – paradoxalmente – ter sofrido um efectivo recuo desde que a arqueologia se *profissionalizou*.

Paradoxalmente, porque se nos últimos cerca de quinze anos – após o *Caso Côa*, a criação do Instituto Português de Arqueologia, a promulgação de legislação de base e regulamentar do Património Cultural e Ambiental e da actividade arqueológica – se propiciaram as condições para a emergência de diversas empresas especializadas e para o crescimento exponencial de projectos através dos quais se verificou um extraordinário e impar acumular de dados – aliado em muitos casos, há que dizer-lo, a um limitado incremento dos processos de conhecimento, tal enquadramento político, social e económico não resultou num equivalente incremento da produção de conhecimento nem na desejável e concomitante ampliação das formas de articulação, participação e divulgação junto da sociedade civil. Tal constatação – para nos centramos a título de exemplo no caso de Lisboa – encontra fundamentação na eloquente demonstração de Jacinta Bugalhão a respeito do crescimento contínuo de intervenções na capital – entre 1995 e 2005 – sem que o número de publicações acompanhasse tal ascensão estatística. Afigura-se inevitável algum confrangimento de *classe*, quando lemos as seguintes palavras de Carlos Fabião, em artigo publicado cerca de dez anos antes – 1994 – e num contexto assaz diverso: “Ninguém entende porque razão se devem atrasar obras para a realização de escavações, se estas em nada resultam e em nada contribuem para o progresso dos conhecimentos sobre as antigas cidades do sítio de Lisboa. É claro que também a ausência de vontade política para inverter esta situação constitui um obstáculo de monta. E, neste particular, ninguém está inocente”. É certo que a realidade descrita por ambos os autores se alterou para melhor. Mas tanto quanto seria expectável? Obviamente não.

Tal disparidade – entre o crescimento da actividade arqueológica ou da produção de conhecimento e a comunicação pública e generalizada dos seus resultados – suscita uma questão obrigatória: de quem é a responsabilidade por este desconfortável desequilíbrio? Não se pretende julgar a história recente e os seus protagonistas, mas todos os conhecemos;

conhecemo-los demasiado bem. Entre a plêiade de decisores, intervenientes públicos e cidadãos que nos possam ocorrer, os principais responsáveis somos nós: os arqueólogos. Se apesar dos problemas é justo afirmar que o panorama se alterou positivamente ao nível da produção de conhecimento científico é também manifesto que a largura do fosso entre as populações locais e a *arqueologia regional, local e de sítio*, parecer ter sofrido uma manifesta dilatação a par da profissionalização da Arqueologia. Sejamos claros: para a generalidade dos cidadãos, os inúmeros e por vezes extraordinários trabalhos de arqueologia que se realizam anualmente pelo país, passam totalmente despercebidos. Salvo raras e honrosas excepções, os avultados investimentos realizados em arqueologia têm como destinatários quase exclusivos os próprios arqueólogos. Em nosso entender, persistir neste erro coloca em causa a profissão e a responsabilidade social que devem ter os profissionais de arqueologia.

2. TORRE DE MARFIM E REDE BRASILEIRA

Uma perspectiva crítica como a que se expõe não autoriza *saídas de cena* após a primeira *deixa*. Impõe propostas e obriga a que se percorra o caminho entre o plano do programa de intenções e o terreno da prática. Começemos por nos comparar, impulso muito português mas por certo útil se em lugar de mimetizar *o lugar do outro* nos fizer pensar no *nosso*. Um olhar comparado sobre a política e prática brasileira afigura-se inspirador e susceptível de potenciais projecções para a realidade portuguesa:

A legislação actualmente em vigor em Portugal e no Brasil impõe regras claras no que respeita à componente arqueológica das diferentes fases de implementação de projectos com potencial interferência em vestígios daquele tipo. No que respeita aos elementos arqueológicos, os pressupostos a considerar são claros para todos os intervenientes em processos de projecto, licenciamento e execução de determinadas obras, desde que estas careçam de processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ou se situem em áreas com constrangimentos definidos, nomeadamente em função do prévio conhecimento relativo a bens nelas enquadrados (Planos Directores Municipais, Planos de Pormenor, áreas de protecção de monumentos classificados, etc.):

- identificação dos sítios enquadrados em áreas territoriais de enquadramento de projectos;

- avaliação dos impactos estimados sobre o Património arqueológico, em função do projecto a implementar;
- definição de medidas de minimização a aplicar decorrentes da natureza e valor atribuídos aos bens patrimoniais e tendo em consideração o tipo de impacto a que estarão sujeitos pela implementação do projecto; em casos limite o projecto pode ser reprovado pelo forte impacto previsto;
- execução de trabalhos arqueológicos de campo em diferentes fases dos processos de AIA, incluindo aplicação de medidas de minimização.

Naturalmente, o pressuposto inerente a estes processos é a relevância social atribuída aos bens arqueológicos, encarados como herança finita do passado, cuja gestão, eventual “sacrifício” e conservação pelo registo deve ser muito ponderada e escrutinada, nomeadamente pelas populações das áreas envolvidas. Este pressuposto, é evidenciado nas convenções internacionais relativas ao património arqueológico, nomeadamente as de Lausanne e de Malta. Estas preocupações estão ainda na base da designada Educação Patrimonial que configura uma das mais vincadas diferenças entre as arqueologias portuguesa e brasileira. Implementada de forma sistemática apenas no Brasil, associada de forma obrigatória a projectos de Arqueologia agregados à implementação de obras, assenta numa perspectiva social e política claramente mais orientada para a cidadania, envolvendo comunidades locais e pessoal integrado nas obras projectadas.

A Educação Patrimonial, encarada como um processo educacional, visa o desenvolvimento das pessoas através do conhecimento e, através delas, contribuir para a preservação patrimonial, tendo por base que apenas podemos respeitar e preservar aquilo que conhecemos e entendemos. Neste contexto, a interacção entre profissionais do Património e pessoal dos promotores ou empreendedores, nomeadamente da área da construção civil, contribui para uma efectiva sensibilização e formação dos envolvidos, criando pontes de diálogo e de compreensão pelos trabalhos de Arqueologia a promover em contexto de obra. A difusão do modelo brasileiro afigura-se-nos fundamental para reforçar, no contexto português, a capacidade de comunicação por parte de arqueólogos e administração pública com os seus interlocutores, contribuindo para a harmonização dos processos arqueológicos com os ritmos de obra e promovendo,

através da ligação aos cidadãos, uma efectiva socialização da Arqueologia.

Apesar da esmagadora maioria da Arqueologia contemporânea acontecer a “reboque” de grandes obras, não devemos esquecer que ela prossegue objectivos específicos relacionados com processos educacionais, de produção de conhecimento e de salvaguarda patrimonial.

Interessa aqui destacar a notoriedade e o impacto internacional do ideário político de pensadores brasileiros como Augusto Boal (*Teatro do Oprimido*) e Paulo Freire (*Pedagogia do Oprimido*), particularmente este último no que concerne à democratização da cultura e do conhecimento na formação da consciência política.

Um paradoxo de remate nesta passagem transcontinental: a Convenção de Malta – notável no seu conteúdo programático, tem não raras vezes aberto portas à destruição *acompanhada* de sítios arqueológicos através de uma leitura demasiado *livre* do conceito de salvaguarda pelo registo. Em tais processos, uma mais vincada participação dos cidadãos pode ser factor de equilíbrio.

3. ARQUEOLOGIA NUMA ERA DE MUDANÇA (IF)

«Sabe que eu quando era jovem queria ser arqueólogo(a)?». A frase que amiudadas vezes ouvimos – em âmbito profissional, social ou familiar; em reuniões, vistas de campo, ou entrevistas – vem quase sempre adocicada por um sorriso simpático, condescendente e equívoco; um tom por vezes a raiar o amável paternalismo de quem nos diz «eu também queria passar a vida a brincar mas depois a vida adulta encaminhou-me para uma profissão a sério». Exageros à parte, não raras vezes nos confrontamos – nas entrelinhas da comunicação - com uma perspectiva da actividade arqueológica associada mais a uma dimensão lúdica e aventureira (*Deo Gratias*) do que a uma profissão dignificada em paridade com as demais, como seria naturalmente expectável. No cinema e na literatura, e em tantas outras expressões de arte, a Arqueologia ocupa um protagonismo temático invejável. Freud, Bruce Chatwin, Agatha Christie, Geoff Dyer, W. H. Auden, Hugo Pratt, Hergé, George Lucas, Spielberg, Judith Schalansky, Tonino Guerra, João Aguiar, Rui Pires Cabral, António Campos, Manuel de Freitas, Mário de Carvalho, Bruno Almeida - integram uma

eclética lista de autores que facilmente preencheria as páginas reservadas a este texto. De forma mais ou menos aproximada à *real realidade das coisas* o interesse suscitado pelo tema assume contornos de inequívoca importância e – quanto mais não seja *em potência* – o público existe. A questão afigura-se deste modo inevitável: por que não comunicamos então - nós arqueólogos – mais e melhor?

O projecto da ERA tem vindo a associar o seu processo de maturidade e crescimento organizacional a uma paulatina e programada política de divulgação patrimonial cujos resultados constituem hoje um legado verdadeiramente público. Por outro lado, uma certa vocação e espírito de missão vinculados a esta dimensão pública (aliadas à importância dos sítios intervencionados) têm suscitado a atenção dos *media* num manifesto *acrescento de valor* à divulgação generalizada de informação arqueológica produzida pela ERA.

Atentemos nalguns casos de estudo, processos e práticas deste edifício comunicacional em permanente construção, também estes – em ocasiões várias - objecto de divulgação e tratamento mediático na imprensa local, nacional e estrangeira, nas rádios locais e nacionais, nos canais de televisão públicos e privados, assim como de projectos de investigação com financiamento público e privado. Todos os casos foram amiúde objecto de comunicações e palestras públicas em acções de divulgação, encontros científicos, assim como no colóquio anualmente promovido pela ERA ao longo da última década.

Complexo Arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz) – o projecto do vasto sítio dos Perdigões, em continuidade desde a fundação da ERA em 1997, constitui o caso de estudo mais relevante e duradouro de uma experiência continuada de arqueologia aberta a diversas equipas, a diferenciadas perspectivas teóricas e em crescente diálogo com o contexto social. O conceito desenvolvido - *Arqueologia em Construção* - implica uma “musealização” do paulatino processo de investigação e produção de conhecimento, tornando o sítio efectivamente contemporâneo;

Cacia/ Marinha Baixa/Torre (Aveiro) – iniciado como um trabalho de minimização de impacto no âmbito de um grande empreendimento multimunicipal (SIMRIA), este caso suscitou, numa articulação entre a ERA, a autarquia e as escolas locais, sistemáticas visitas de turmas do primeiro ciclo às escavações arqueológicas em curso; repetidas apre-

sentações públicas à população (por iniciativa da Câmara Municipal e do Museu de Aveiro), assim como igual número de colaborações com o Museu de Aveiro (quer numa exposição temporária, quer actualmente na sua exposição permanente); um caso de envolvimento público que se desenvolve há catorze anos;

Fábrica romana de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém (Belém) - tendo constituído um caso de notável importância científica e patrimonial, registe-se o curioso impacto decorrente da colocação de um painel informativo da ERA num dos taipais do empreendimento - o contacto imediato com o transeunte surtiu um inusitado efeito em cadeia. Acresce que a maioria estatística das espécies piscícolas registadas nestas cetárias corresponde à *vulgar* sardinha que tão destacado lugar – volvidos dois milénios – ocupa na nossa gastronomia, festas populares e cartazes de Lisboa numa permanência identitária notável;

Estruturas portuárias modernas (séculos XVII-XVIII) e Fundeadouro Romano (séculos I aC-V dC) da **Praça de Dom Luís I (Lisboa)**: neste caso de minimização de impacte do empreendimento de um parque de estacionamento a divulgação pública *em directo* foi um dos *motes* de um projecto verdadeiramente aberto à população: inúmeras reportagens, mais de trinta visitas institucionais durante as escavações arqueológicas; várias comunicações públicas a convite da Câmara Municipal de Lisboa e em sua sede; produção e exibição de filme documental pela Videoteca Municipal de Lisboa; produção independente de documentário sobre o fundeadouro romano; palestra na Escola Profissional de Arqueologia do Freixo (Marco de Canavezes);

Contextos navais modernos, urbanos e industriais da **Nova Sede Corporativa da EDP (Lisboa)**: o volume e a qualidade dos achados contextuais decorrentes dos trabalhos na Avenida 24 de Julho suscitaram um interesse crescente dos *media*, tendo conduzido a inúmeras comunicações para público geral, promotores do empreendimento e respectiva equipa técnica.

Finalmente, não percamos de vista que a ERA se caracteriza por uma forte imagem identitária materializada, por exemplo, no seu equipamento (logótipo, coletes, capacetes, painéis informativos) e reconhecível numa clara diferenciação entre o *arqueólogo* e os demais profissionais especializados numa intervenção pública ou privada: apesar da articulação com o universo das obras, a arqueologia é afirmada

como factor cultural de matriz científica. Nas redes sociais, particularmente no *facebook*, a ERA tem um impacto inequívoco no Público da Arqueologia. Na sua política de base e na sua acção concreta a ERA privilegia a pedagogia patrimonial: as recorrentes sessões de divulgação nas escolas públicas e privadas do primeiro e segundo ciclos constituem uma das faces de um dinâmica em crescendo que visa *informar, valorizar, conhecer*. O retorno social do investimento realizado em arqueologia é encarado como vital para dar sentido à profissão e ao património que é de toda a comunidade.

4. PÚBLICO E COISA PÚBLICA (THIS LAND IS MINE)

«This is your captain speaking»; a frase inspira segurança, os passageiros aceitam as informações a respeito de rotas, altitude, geografia, condições meteorológicas e afins. Uma informação debitada com desportiva cortesia, a partir de uma cabina fechada; um discurso de síntese formulado sobre a leitura de instrumentos, cifras e códigos incompreensíveis para o comum dos mortais. Gostemos muito, pouco ou nada de voar, não estamos aos comandos nem podemos entrar no espaço reservado aos pilotos. Restamos acreditar e evitar o mais possível pensar no sistema de *piloto automático*. Eis um ínvio sentido para o verso de W. H. Auden: «Knowledge may have its purposes». As informações transmitidas a partir dos laboratórios de arqueologia (as nossas cabinas fechadas) não são menos couraçadas que as de um cordial comentário de navegação, quer ser revistam de um pendor pretensamente *exacto*, quer oferecidas sob uma roupagem de tom *narrativo*. Ocorre, forçosamente, o resto da estrofe de Auden: «but guessing is always more fun than knowing». O carácter aparentemente sacrílego da asserção do poeta adquire contornos de alguma seriedade num debate actual se aceitarmos que, enquanto arqueólogos, lidamos com Memória (colectiva) e se a isso somarmos a ideia generalizada nos últimos anos pela Neurologia (numa curiosa aproximação epistemológica à Narratologia): a nossa memória é um escritor - rasura, acrescenta, apaga, troca coisas de lugar: ficcional. Mas se, para a Narratologia, a *ficção mais não é que o relato de uma história que nunca sucedeu em termos homólogos àqueles em que se contaria uma história real*, que papel nos é suposto desempenhar no palco que nos calhou em sorte?

Para nós (arqueólogos) a resposta é mais simples do que para um piloto de longo curso (esse não pode sair da sua cabina). No já longo curso da nossa disciplina é forçoso que tenhamos adquirido a noção de que *aprendemos sempre que ensinamos e ensinamos sempre que aprendemos*. A aparente ingenuidade da frase tem amiúde suscitado reservas *de classe* que redundam em discursos cristalizados num mundo em que a ignorância se afigura mais do que nunca (ou como sempre) a mãe de todas as guerras. Num mundo globalizado a afirmação das identidades não está livre de se revestir de elementos de alguma contundência (basta relancear a vista por alguns artigos de *Archaeology Under Fire* para o notar). A construção do mundo como um lugar possível pode ser uma tarefa sem fim. Mas nunca será empreendida sem reciprocidade, muita paciência e respeito *pelo outro*. Nas linhas que se transcrevem adiante expõe-se o mais paradigmático caso prático da ERA, em curso no Projecto dos Perdígões:

“Fruição pode se interpretada como posse, o que no caso concreto do património é muito interessante porque a fruição implica reconhecimento de valor e um acto de identificação. Esta noção é reforçada por Ashworth e Howard, para quem o património é tudo aquilo que as pessoas queiram conservar, preservar, proteger ou guardar.

Então, um sítio arqueológico só pode ser protegido e preservado mediante a criação de laços que levem alguém, na verdade muitos alguém, a sentir um sítio como seu, numa cumplicidade que requer participação.

Ora, a participação da sociedade civil está no cerne do projecto de valorização do Complexo Arqueológico dos Perdígões, cuja implementação se baseia no conceito de arqueologia em construção. Assim, este não será um projecto onde décadas de escavação culminarão com a apresentação da “verdade” científica, mas antes um projecto onde o público em geral poderá participar no processo de geração do conhecimento e das mensagens que consome.”

5 “PLAY IT AGAIN SAM”

«You must remember this» não será, por certo, numa tradução livre para o *modo imperativo*, a forma mais cortês de comunicar para o Público o conhecimento arqueológico e as suas histórias, no sentido de contribuir para a memória colectiva. Poucos discordarão desta ideia. Porém, quantos casos nos ocorrem

de transmissão de uma verdade histórica num discurso cristalizado como verdade inquestionável, sem que o público seja chamado a participar do seu questionamento? O carácter retórico desta questão encerra em si mesmo um dos mais graves problemas da Arqueologia dos nossos dias e da função e importância social dos arqueólogos.

Convocando os conceitos de Isaiah Berlin de *liberdade positiva e liberdade negativa*, o primeiro, na acepção daquilo “que eu sou livre de fazer”, não dispensa que o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos contemple a obrigatoriedade de divulgação pública de resultados. Podemos divulgar e interagir com o nosso meio social mesmo que a lei não nos obrigue a fazê-lo, mas um enquadramento legal adequado inibiria por certo os que usam da *liberdade negativa* de o não fazer. Por outro lado, ainda a mote de I. Berlin e do seu ensaio “The Hedgehog and the Fox” (1953), se é certo que “the fox knows many things, but the hedgehog knows one big thing”, uma Política da pedagogia/ divulgação cultural implica forçosamente uma abordagem holística que congregue estas duas *visões*. A divulgação e participação social nos processos de minimização de impactes deve ser devidamente legislada e aplicada de forma integrada. Ou seja, não existe minimização efectiva sem uma concomitante estratégia de Educação Patrimonial em paralelo, também financiada em paridade pelos promotores de empreendimentos. Os resultados de tais processos não podem ser encerrados em relatórios técnicos. Só a sua difusão alargada a todos a tornará pertença pública, comunicação sem a qual se tornará absente de justificação desde a raiz.

Nos últimos anos a comunidade arqueológica portuguesa parece acordar – uns demoradamente outros de supetão – para a necessidade (por genuína convicção ou necessidade ou ainda – a maior parte – por todas as tonalidades de cinzento que se estendem de permeio) de comunicar com o Público. Regressando à metáfora arquiloquiana de Berlin, não basta ser só raposa ou ouriço nem é forçoso que não possamos ser ambos num mesmo corpo (na acepção corporativa do termo e não na imagem de um ser híbrido que a ideia poderia suscitar aos mais incautos). Ironias de parte, terminemos por ora com três ideias fundamentais: urge legislar no sentido de que o conhecimento arqueológico decorrente de trabalhos de investigação, salvaguarda e mitigação seja em paralelo com o seu planeamento, processos de decisão e execução, verdadeiramente participado

pelas populações, divulgando-se resultados de forma generalizada por todos os suportes disponíveis e num código que a todos seja acessível sem prejuízo da sua qualidade; impõe-se na Academia, nos Serviços Públicos e nas Empresas o incremento de uma formação contínua conducente à comunicação alargada, implicando isto a prática efectiva de uma transversalidade temática conducente à aquisição e transmissão de conhecimentos numa dinâmica de abertura e reciprocidade socio-cultural. E, por fim, regressando à citação livre da biografia de Buñuel, recorde-se mais uma das frases que (convenhamos que aureolada da simpatia e generosidade que quase só é acessível a um idoso): «Só depois de velho é que percebi que as coisas que me passam pela cabeça não fazem mal a ninguém». A citação é livre. Livre como o pensamento criativo do vetusto cineasta. A terceira conclusão ocorre sob a forma de hipótese: talvez seja então isso: Criatividade. Urge incentivar a criatividade. E por que não se haveria de dar a esse generoso luxo uma tão velha ciência, loquaz e simpática como esta que a todos nos alberga no seu encantatório gabinete de curiosidades: a Arqueologia.

BIBLIOGRAFIA

- BOAL, Augusto (1980) – *STOP: c'est magique*. Civilização Brasileira.
- BUGALHÃO, Jacinta (2008) – Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança. *Era-Arqueologia*. 8.
- FABIÃO, Carlos (1994) – Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa – *Penélope*. 13.
- FABIÃO, Carlos (1999) – Um Século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-madan*. II Série, 8.
- FELDMAN, Simón (2000) – *Guión argumental*. *Guión documental*, Gedisa editorial.
- FREIRE, Paulo (2010) – *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*, São Paulo (Brasil): Paz e Terra.
- LEÓN, Bienvenido (2001) – *O Documentário de Divulgação Científica*. Edições Cine-Clube de Avanca.
- MESKELL, Lynn, ed. (1998) – *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. (2000) – *Dicionário de Narratologia*. Almedina.
- ROMANO, Ruggiero, dir. (1989) – *Literatura – Texto*. *Enciclopédia Enaudi*, vol. 17. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SCHALANSKY, Judith (2012) – *Pocket Atlas of Remote Islands*. Penguin Books.
- SOUSA, Maria de, coord. (2007) – *Toda a Memória do Mundo*. Esfera do Caos editores.
- TODOROV, Tzvetan (1973) – *Poética*. Teorema.
- VALERA, António Carlos (2005) – *Holocénico [o blog]*, Era – Arqueologia/Colibri.

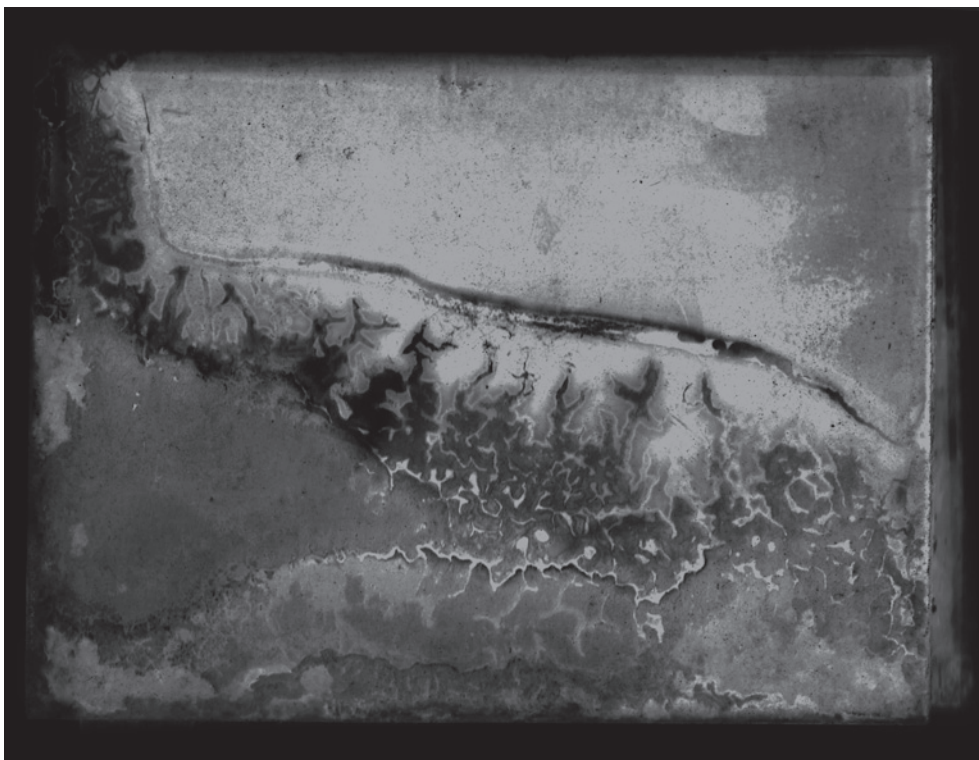


Figura 1 – Quatro negativos sobre vidro sobrepostos e ilegíveis pela deterioração do tempo.

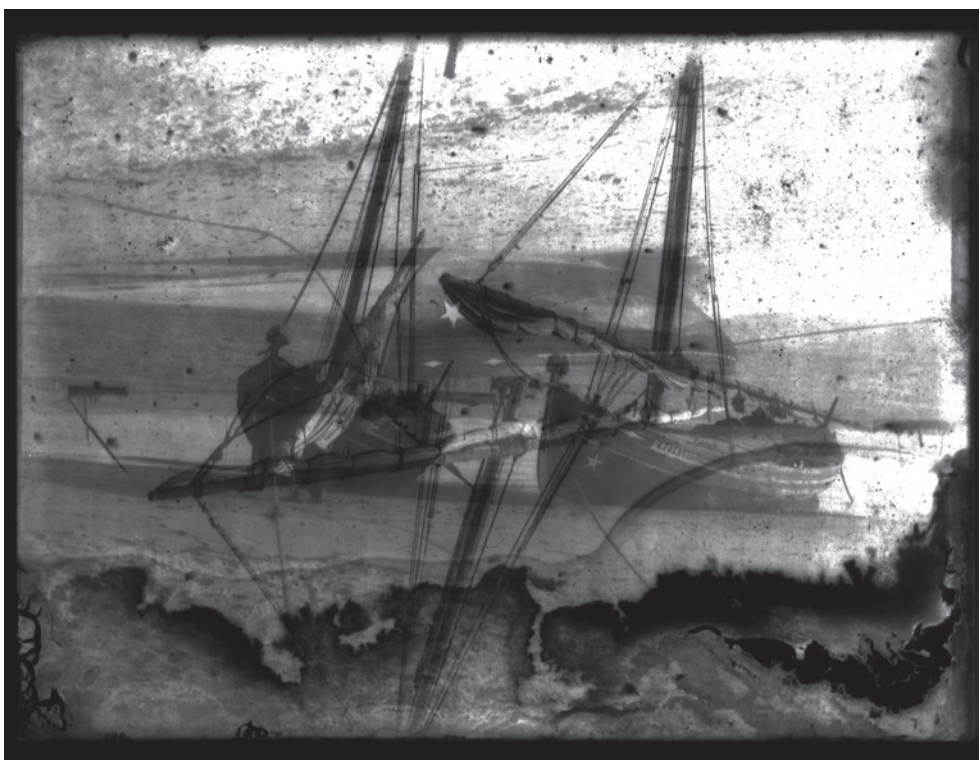


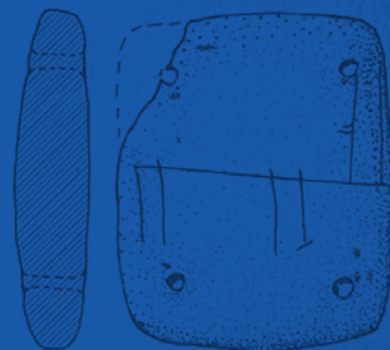
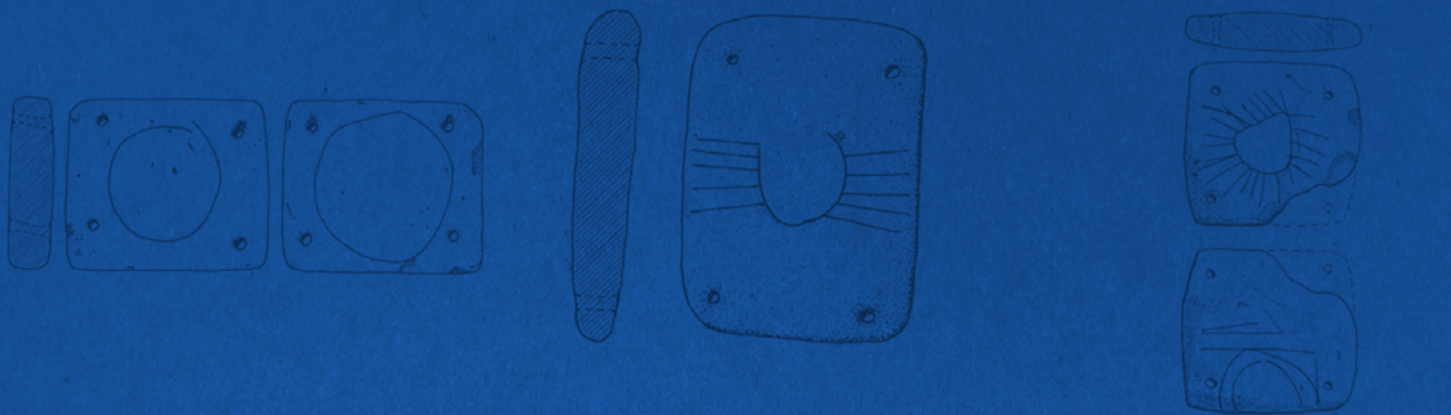
Figura 2 – Imagens fluviais de dois negativos sobre vidro sobrepostos e invertidos.



Figura 3 – Cena naval em negativo sobre vidro corroída na parte superior.

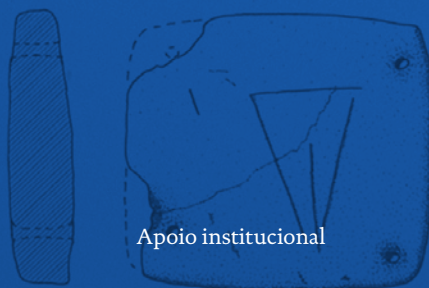


Figura 4 – Cena portuária em negativo sobre vidro de contornos esfumados.

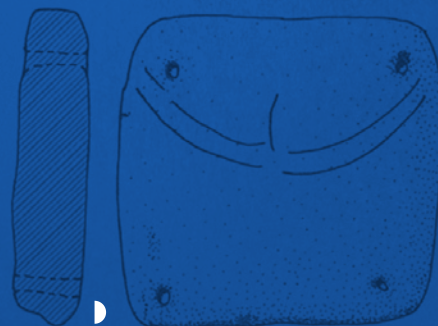


AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial



Apoio institucional



FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua